

GT 2– Cidades e Movimentos

Agroecologia, Substantivo Feminino: O espaço das mulheres nas hortas urbanas em terrenos ocupados nas periferias de São Paulo

Agroecology, Feminine Noun: The women's space at squatted areas of urban gardens in São Paulo's suburb

Mariana Lustoza da Silva Borba¹

RESUMO

Existe uma lacuna de dados nas investigações focadas no espaço urbano da cidade de São Paulo quando pensamos a catalogação, mapeamento temático e registros sistematizados a respeito da territorialidade das hortas urbanas periféricas na cidade de São Paulo. Ao pensar nos terrenos devolutos ocupados com objetivo de ali estabelecer produções agroecológicas, é notória a primazia do trabalho das mulheres, quando inseridas em movimentos sociais, no trabalho junto à terra. Ao entender estes estabelecimentos produtores de alimentos como expressão de um pensamento social amplo que busca, entre outras motivações, o direito ao bem-viver, à soberania alimentar, à autonomia territorial e o direito à cidade, interpretaremos os fenômenos e processos à luz dos conceitos de espaço relacional, espaço generificado e *sumak kawsay* para catalogar e mapear as hortas urbanas populares e comunitárias a fim de compreender as territorialidades de cada horta comunitária, o reconhecimento como espaço produtivo de alimentos, os potenciais pedagógicos e andragógicos mediados pelo pensamento educativo presente nos processos de existência das hortas, bem como as práticas de gestão ambiental, autogestão e economia popular praticadas e lideradas pelas mulheres nestes locais férteis em ações, que funcionam no sentido contrário de um espaço urbano cada vez mais impermeabilizado, excludente e vertical.

Palavras-chave: espaço; movimentos sociais; agroecologia urbana; gênero.

ABSTRACT

There is a data gap in research focused on the urban space of the city of São Paulo when we consider cataloging, thematic mapping, and systematic records regarding the territoriality of peripheral urban gardens in the city of São Paulo. When considering vacant lots squatted for the purpose of establishing agroecological production, the primacy of women's work, when involved in social movements, in working with the land is evident. By understanding these food-producing establishments as an expression of a broad social mindset that seeks, among

¹ Estudante de Mestrado em Geografia na Universidade Federal do Paraná. marianaborba@ufpr.br

other motivations, the right to good living, food sovereignty, territorial autonomy, and the right to the city, we will interpret the phenomena and processes in light of the concepts of relational space, gendered space, and *sumak kawsay* to catalog and map popular and community urban gardens in order to understand the territorialities of each community garden, their recognition as food production spaces, the pedagogical and andragogical potentials mediated by the educational thinking present in the processes of the gardens' existence, as well as the practices of environmental management, self-management, and popular economy practiced and led by women in these fertile places of action, which function in the opposite direction of an increasingly impermeable, exclusionary, and vertical urban space.

Keywords: *space; social movements; urban agroecology; gender.*

Data de envio do artigo: 05/12/2025

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta o projeto de pesquisa de mestrado em estágio inicial, no qual visamos investigar as dimensões geográficas, agroecológicas e generificadas das hortas urbanas comunitárias e escolares presentes na periferia da cidade de São Paulo.

Ao entender estes estabelecimentos produtores de alimentos como expressão de um movimento social que busca, entre outras motivações, o direito ao bem-viver, à soberania alimentar, à autonomia territorial e o direito à cidade, interpretaremos os fenômenos e processos à luz dos conceitos de espaço relacional e *sumak kawsay* para catalogar e mapear as hortas urbanas comunitárias e escolares a fim de compreender as territorialidades de cada horta comunitária, o reconhecimento como espaço produtivo de alimentos, os potenciais pedagógicos e andragógicos mediados pelo pensamento educativo presente nos processos de existência das hortas, bem como as práticas de gestão ambiental, autogestão e economia praticadas nestes locais férteis em ações que vão no sentido contrário de um espaço urbano cada vez mais impermeabilizado, excludente e vertical. O conceito de bem-viver, ou *sumak kawsay* no idioma Quéchua, é uma formulação teórica oriunda dos povos originários andinos – registrada pela primeira vez no século XVII por Guamán Poma de Ayala- que em fins do século XX e início do XXI toma força como reivindicação dos povos indígenas e movimentos

sociais decoloniais na América Latina com a ideia do sentido de pertencimento à natureza como organismo, sem hierarquias entre os seres dela constituintes (LARREA, 2010; QUIJANO 2014).

Ao nos debruçarmos sobre o caráter generificado do espaço, quando pensamos nas hortas urbanas periféricas em São Paulo, a agência das mulheres é predominante. Desde a ocupação dos terrenos até o trabalho desenvolvido de cultivo, de acordo com informações obtidas em conversas informais com algumas integrantes, a atuação das mulheres é um ponto fundamental para o desenvolvimento dos trabalhos. Tais lideranças e protagonismos das mulheres observados no momento inicial da pesquisa indicam a apropriação diferencial do espaço urbano tendo o gênero como fator estruturante das relações estabelecidas, além de aspectos da identidade enquanto membros de um movimento socioambiental como ponto em destaque e da atuação como agentes de transformação e impacto local como fator gerador de mudanças no espaço.

2 APROXIMAÇÕES E FUNDAMENTOS

O município de São Paulo compõe a metrópole mais populosa da América do Sul (IBGE, 2022). Tal constatação nos evidencia a dimensão dos inúmeros processos sociais que nela são desenvolvidos, imbuídos de dicotomias, presenças e ausências nos espaços que perfazem as trinta e duas subprefeituras administrativas que contém os noventa e seis distritos da cidade. O fato de ser a maior cidade do Brasil produz em proporcional magnitude a contradição inerente ao sistema econômico que confere a desigualdade social e econômica no território. Ao entender a cidade de São Paulo como “um grande caleidoscópio de desigualdades socioespaciais” (SCARLATO E ANUNCIACÃO, 2018), buscaremos verificar a hipótese sobre o estabelecimento das hortas urbanas como uma urgência nas periferias em uma busca, declarada ou não, pela melhora nas condições socioambientais e sua possível ligação com o bem-viver.

A organização civil Rede Nossa São Paulo elabora, desde 2012, um levantamento denominado “Mapa da desigualdade”, no qual são tabelados dados referentes aos bairros da cidade, aqui considerados os distritos administrativos. De acordo com o documento publicado pela organização, “a ferramenta apresenta uma seleção de indicadores técnicos essenciais por distrito e aponta para as diferenças entre os melhores e os piores.” (REDE NOSSA SÃO

PAULO, 2023). Os dados utilizados para a produção dos mapas são obtidos de fontes estatais atribuídas no documento, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretarias da Prefeitura Municipal de São Paulo, Agência Nacional de Telecomunicações, entre outros. Utilizaremos esta plataforma como um dos aportes quantitativos para determinar as áreas periféricas a serem pesquisadas, ao considerar os distritos com maior e menor pontuação na avaliação de desempenho comparativo das variáveis de indicadores de presença ou ausência de qualidade de vida como critério de periferização.

O conceito de espaço em geografia, enquanto instância analítica, se configura como um referencial teórico complexo para analisar as muitas dimensões presentes nas hortas urbanas periféricas. As concepções epistemológicas elaboradas por Doreen Massey (1994; 2008) acerca do espaço preconizam que sua interpretação é particularizada de acordo com quais elementos o compõem e interagem com as relações ali justapostas. Nos termos formulados por Massey, o espaço é relacional, heterogêneo e dinâmico, nunca estático ou receptáculo de processos:

Há também aquela linha de questionamento, principalmente de filósofas feministas, que propõe a argumentação política para a compreensão da identidade/subjetividade de um modo mais vagamente relacional. Trata-se, de fato, de nos referirmos novamente à construção relacional do espaço. Assim Moira Gatens e Genevieve Lloyd (1999) basearam-se em Spinoza para explorar a construção relacional da subjetividade, a inseparabilidade entre individualidade e sociabilidade. Isto liberanossas imaginações. Pois se a experiência não é uma sucessão internalizada de sensações (pura temporalidade), mas uma multiplicidade de coisas e relações, então sua espacialidade é tão significativa quanto sua dimensão temporal. (MASSEY, 2008, p. 93).

Desse modo, em um espaço que é constituído enquanto um conjunto de relações, se faz fundamental a particularização de seus agentes e dos grupos sociais aos quais pertencem, imbuídos de características múltiplas como gênero, classe social, etnia, origem territorial. Tal movimento se faz produtivo para que a dimensão relacional de construção do espaço e a identificação de seus processos seja compreendida como o panorama que influencia e é influenciado pelas práticas que ali desempenham as espacialidades possíveis, permitindo assim o entendimento da lógica do movimento social enquanto produtor do espaço, sendo este produto e constituído por relações mútuas e interpretações em diversas escalas.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o espaço relacional é uma importante instância interpretativa como ponto de abertura a discussões aprofundadas sobre elementos que se fazem presentes nos espaços geográficos determinados, sendo primordial a identificação e contextualização de cada elemento. Ao compreender o espaço relacional podemos inferir que esta categoria analítica nos permite perceber as atividades investigadas desenvolvidas como produto da formação dinâmica periférica de São Paulo, articulando as atividades desenvolvidas na horta para além da organização de grupos para cultivo de alimentos em contextos delimitados. De acordo com Julia Abrão Bernardes,

A partir de uma totalidade geradora de processos de várias ordens, os subespaços devem ser analisados ao mesmo tempo como sujeito e objeto da ação social. Assim, estamos de acordo com SANCHEZ e SANTOS, que consideram que o espaço deve ser visto como uma instância junto com a econômica, a político institucional e a ideológico-cultural na articulação da sociedade, desempenhando um papel importante na explicação dos processos sociais. (BERNARDES, 2011, p. 244).

Conforme destaca a autora, considerar a produção espacial como sujeito e objeto simultâneos da prática em sociedade nos permite um caminho de interpretação que abarca a hipótese que, por ora acreditamos, indica que as hortas urbanas periféricas estão configuradas dentro das lógicas de atuação dos movimentos sociais sobretudo caso estas sejam hortas agroecológicas. Ainda pensando na concepção de espaço das metrópoles como categoria analítica, podemos refletir sobre o que infere Rogério Haesbaert ao pensar a espacialidade das metrópoles, quando o autor aponta que

O espaço metropolitano é extremamente enfático na medida em que se releva as múltiplas conexões dos sentidos atribuídos à espacialidade e incorpora sinteticamente a mudança e a permanência, o caos e a ordem, sem os justapor, congregando-os em uma dinâmica comum que constitui, em certo sentido, a própria natureza dos processos de metropolização. (HAESBAERT, 2002, p.88).

Como sinaliza Haesbaert, o caráter sobreposto de processos e tempos dos fenômenos que ocorrem no espaço da metrópole permite conexões e dinâmicas próprias e inerentes dessa configuração territorial tão plural e específica ao mesmo tempo, que contém em si um arcabouço histórico e cultural multifacetado e que, a partir de tais congruências e relações, forja as condições de associação humana e criação coletiva para que emerjam movimentos que busquem uma maior aproximação com a retomada de áreas cultiváveis, menos impermeabilizadas e que possibilitem o cultivo de alimentos fora das lógicas de agricultura industrial e mecanizada.

Os aportes teóricos e práticos da agroecologia, no viés da horticultura urbana, muitas vezes convergem com os entendimentos acerca do espaço relacional até aqui destacados, bem como com o panorama resultante do encontro entre as variáveis dashortas urbanas enquanto movimentos sociais, potencialidades educativas no prisma da pedagogia libertária e a emergência da necessidade de acesso à natureza e bem-viver como um resultado da autogestão das necessidades para além da perversidade neoliberal (para as classes populares).

Conforme discutiremos adiante, o anseio pela transformação social tangível, inerente aos movimentos populares, à educação libertária e ao direito pleno ao território, também permeia as práticas agroecológicas que inspiram a criação e manutenção de hortas em contexto urbano como estratégia de bem-viver.

A fim de investigar as possíveis causas que motivam as criações das hortas urbanas periféricas, podemos refletir sob as postulações de pensadoras e pensadores que consideram as crises ambientais, econômicas e sociais como paradigmas em urgência de disputa, enfrentamento e intervenção. Quando Ailton Krenak discorre sobre soberania alimentar em contexto urbano-industrial, faz o seguinte apontamento:

Em diferentes lugares, tem gente lutando para este planeta ter uma chance, por meio da agroecologia, da permacultura. Essa micropolítica está se disseminando e vai ocupar o lugar da desilusão com a macropolítica. Os agentes da micropolítica são pessoas plantando horta no quintal de casa, abrindo calçadas para deixar brotar seja lá o que for. Elas acreditam que é possível remover o túmulo de concreto das metrópoles. (...) A agrofloresta e a permacultura mostram aos povos da floresta que existem pessoas nas cidades viabilizando novas alianças, sem aquela ideia de campo de um lado e cidade do outro. (KRENAK, p. 15, 2020).

Conforme explicita o autor, a micropolítica das ações individuais ou locais é uma possível expressão da busca por mudança positiva na relação entre a existência humana e a autonomia e pertencimento ao espaço, de maneira relacional entre o contexto urbano e a possibilidade de superar a dicotomia campo/cidade. Pensando a respeito das crises ambientais como processos em consonância com as crises sociais, a geógrafa Sutapa Chattopadhyay nos conduz a questionamentos que trazem em si proposições:

How can we picture climate crisis without connecting to historical, political, and economic contexts in which vulnerability, contamination, scarcity and death are produced? How can we, as educators, allay the continuation of settler colonialism? (CHATTOPADHYAY, p. 2, 2019).

Ao interpretar as situações quando os agentes sociais subalternizados ocupam espaços de protagonismo nas ações de mitigação das mudanças climáticas sob as postulações pedagógicas libertárias de Paulo Freire, Emma Goldman e Piotr Kropotkin, entre outros teóricos, na perspectiva eco-social, a geógrafa de origem indiana destaca a emergência das práticas dos movimentos sociais ligados a cultivos urbanos pelas pessoas em contexto decolonial. Quando analisa os movimentos relacionados ao cultivo urbano em lugares da Europa e Américas, Chattopadhyay aponta que

In many rural, urban and peri-urban spaces of Europe, as well as some cities in the Americas, horizontal collectives have taken over misused, mismanaged, unused, and abandoned spaces to grow vegetables, herbs, and flowers, part of what is popularly known as squatting. Anarchist traditions of spontaneous guerrilla theater, guerrilla gardening and other creative lifestyle choices and actions are all conducted to resist hegemonic social norms or middle class consumerism. These practices are also common among black, feminist and migrant groups. Urban gardeners have “re-urbanized” gardening by gaining control over food through the cultural mixing of gardening practices. In New York urban gardens strengthen community cohesion as places where people come together not just to work the land, but to hold social events, whilst some have partnerships with schools, giving lessons on environmental education. However, not all urban gardens begin as squatted places (...). (CHATTOPADHYAY, p.11, 2019).

Quando a autora indica que as práticas de cultivo em hortas urbanas que pesquisou são majoritariamente conduzidas em práticas anarquistas, horizontais e por grupos sociais compostos em sua maior parte por mulheres, migrantes e pessoas negras, podemos considerar tais constatações como um ponto analítico comparativo a ser pesquisado quando dos trabalhos

de campo para mapeamento e catalogação das hortas urbanas periféricas da cidade de São Paulo.

Consideremos também aspectos diferenciais entre a agricultura rural tecnificada e a agricultura urbana de movimentos sociais. Na perspectiva do espaço generificado (SILVA, 2009), como se configura a participação das mulheres, homens e demais expressões de gênero nas hortas urbanas periféricas? Uma vez que, em estudo de 2006, Rosa Ester Rossini apontou que com a diminuição da população rural no estado de São Paulo, associado à intensificação das relações capitalistas na agricultura, “O trabalho no campo capitalista é masculino” (ROSSINI, p. 239, 2006).

Outro ponto importante a ser investigado é relacionado à emergência das concepções dos movimentos populares em relação às conjunturas ambientais e sociais do espaço urbano, que podemos nos referenciar em muitos escritos de Ana Primavesi, a destacar um estabelecimento categórico quando afirma que

Parece que a maioria das pessoas esqueceu que cidade alguma, seja grande, esplêndida e rica, pode garantir a vida. A vida vem do campo, da terra, do solo que produz nossos alimentos. E mesmo o mais rico gênio em informática que vive em mundos virtuais não escapa do fato de necessitar manter a sua vida por meio de alimentos produzidos em solos reais, regados pela chuva e pela água dos rios. (...) Ou será que os abastados e os políticos acreditam firmemente que podem sobreviver em plataformas espaciais, ou até mesmo em Marte, que eles procuram “terrificar” – criar condições de vida terrestre? (PRIMAVESI, 2021, p. 18).

A autora destaca o fato, muitas vezes escamoteado pelas lógicas de industrialização e mercado que desnaturalizam a identidade dos processos produtivos, de que, em maior ou menor escala, de maneira agroecológica ou monocultora mecanizada, a base alimentar é intrinsecamente dependente dos elementos naturais e territoriais de suporte básico como solo e água para que seja possível. Os princípios de reciprocidade, dos quais o espaço é produtor e produto, são presentes em todos os sistemas de agricultura, independente de sua modalidade (SHIVA, 1997).

As possibilidades de construção epistemológica para discussão de caminhos possíveis para o bem-viver em espaços periféricos, considerando as individualidades em interação contínua com o ambiente, também podem perpassar o entendimento social que a existência de hortas em espaços urbanos contribuem aos movimentos sociais com muitas possibilidades interpretativas e educacionais, sejam elas pedagógicas ou andragógicas, uma vez que crianças

e pessoas adultas formam parte da comunidade que se constitui ao redor desses espaços coletivos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos, por meio de um estudo focado nos processos de cultivo horticultor urbano, realizar levantamento e contagem das hortas existentes, sejam oficiais como as hortas em Unidades Escolares municipais ou autônomas como as hortas comunitárias independentes e traçar um panorama conectado com o território que contenha os perfis sociais, econômicos, etários, étnicos e generificados das pessoas que ativam e compõem tais espaços, a fim de compreender a configuração, generalidades e particularidades que culminaram no estabelecimento de espaços de produção de alimentos no município de São Paulo, mediante o acompanhamento do trabalho das mulheres nesses espaços.

Em um seguinte momento, visamos analisar os processos de desenvolvimento de hortas urbanas e interpretar as presenças e potencialidades de construção de processos de educação ambiental pedagógicos e andragógicos presentes no modus operandi dos contextos pesquisados em uma perspectiva emancipatória, uma vez que o estabelecimento e trabalho prático nas hortas comunitárias carrega em si fundamentos de autogestão e autonomia (CHATTOPADHYAY, 2019; GALLO, 2007), seus recursos técnicos e suas potencialidades de impacto social e disputa local para o bem-viver.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, J. A. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CHATTOPADHYAY, S. Infiltrating the Academy through (Anarcha-)Ecofeminist Pedagogies. **Capitalism, Nature, Socialism**. Vol. 30, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1080/10455752.2019.1574846>. Acesso em 25/06/2024.

GALLO, S. **Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação**. São Paulo: Imaginário; Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama da População de São Paulo, 2022**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em 08/05/2024.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

LARREA, A. M. La disputa de sentidos por el Buen Vivir como proceso contrahegemónico. In: LARREA, A. M. **Los nuevos retos de América Latina: socialismo y sumak kawsay**. Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo. Quito: SENPLADES, 2010.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Space, place and gender**. Minneapolis: University of REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da desigualdade 2023. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/RNSP/Mapa-daDesigualdade_2023.pdf. Acesso em 08/07/2024. Minnesota Press, 1994.

ODS BRASIL. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2022. Disponível em <https://odsbrasil.gov.br>. Acesso em 06/07/2024.

PRIMAVESI, A. **Pergunte o porquê ao solo e às raízes: Casos Reais que Auxiliam na Compreensão de Ações Eficazes na Produção Agrícola**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

_____. **Agroecologia: Ecosfera, Tecnosfera e Agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997.

QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507045047/eje3-10.pdf>. Acesso em 08/07/2024.

ROSSINI, R. E. O trabalho da mulher na agricultura canavieira altamente tecnicada e capitalizada. In: LEMOS, A.I.G. et al. (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/13rossini.pdf>. Acesso em 07/07/2024.

SCARLATO, F. C.; ANUNCIAÇÃO, G. A. São Paulo: uma metrópole em constante mutação. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 100, p. 156-172-110, 2018.

SILVA, J. M. **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SHIVA, V. **Monocultures of the mind**. Penang: Third World Network, 1993.